

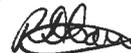
Ata da 14ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor do Sistema de Gestão do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – CGSGIB.

1 Aos dezoito dias do mês de maio de dois mil e onze, às quatorze horas e trinta
2 minutos, na Esplanada dos Ministérios, Bloco E, sexto andar, sala seiscentos e vinte do
3 Ministério da Integração Nacional, em Brasília - Distrito Federal, o Conselho Gestor
4 do Sistema de Gestão do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias
5 Hidrográficas do Nordeste Setentrional se reuniu com a presença do Senhor Ministro
6 de Estado da Integração Nacional, Fernando Bezerra Coelho, os Conselheiros:
7 Augusto Wagner Padilha Martins (MI/SIH) - Coordenador do Conselho, José Luiz de
8 Souza (MI/SIH) – Coordenador substituto, Renato Dalla Lana (MME/SEE),
9 Guilherme Silva de Godói (MME/SEE), Júlio Thadeu Silva Kettelhut (MMA/SRHU),
10 José Cruz Filho (Casa Civil/PR), César Augusto Pinheiro (Estado do Ceará/Cogerh),
11 Francisco José Coelho Teixeira (Estado do Ceará/ Cogerh), João Azevedo Lins Filho
12 (Estado da Paraíba /SEMARHCT) e participantes conforme lista de presença anexa.
13 Constatada a existência de *quorum* regimental suficiente, o Senhor Ministro **Fernando**
14 **Bezerra Coelho** deu boas vindas a todos e iniciou a reunião destacando que os
15 desafios de Gestão da obra do PISF é maior que a obra física. No tocante à definição
16 da Operadora Federal, o Ministro mencionou que a intenção neste momento é realizar
17 a discussão final quanto a uma alternativa para viabilizar o melhor encaminhamento
18 para a gestão das águas. A proposta que está na Casa Civil é a da criação de uma nova
19 empresa, porém, a pedido da presidenta Dilma será feita uma nova reflexão quanto à
20 viabilidade desta ou de outras alternativas. Até o final de setembro do ano corrente
21 deverá ser levada a proposta final para a Presidenta da República. Qualquer que seja a
22 proposta os recursos tem que ser garantidos para que esta instituição possa se apropriar
23 de suas atividades de maneira eficiente. Dentro desta idéia de definição da Operadora o
24 Ministro informou sobre a publicação no Diário Oficial da portaria n.º 284 de 11 de
25 maio de 2011 - MI, na qual instituiu a Secretaria Executiva deste Conselho Gestor que
26 tem por objetivos acelerar e definir como se dará o debate e como iremos recolher
27 contribuições e sugestões para trazer ao Conselho Gestor nas próximas reuniões. Por
28 fim o Ministro compartilhou sua expectativa positiva com relação ao andamento das
29 obras, pois em reuniões anteriores com as empresas responsáveis pelos lotes a
30 prospecção é que no mês de julho o cronograma volte a ser cumprido com
31 pontualidade. A previsão para conclusão das obras civis no Eixo Leste é para
32 dezembro de dois mil e doze e para o Eixo Norte dezembro de dois mil e treze. O
33 segundo ponto da pauta foi apresentado pelo Secretário de Infraestrutura Hídrica do
34 Ministério da Integração e Coordenador do Conselho, **Augusto Wagner Padilha**
35 **Martins**, que falou sobre o estágio e perspectivas da obra física do PISF; detalhou aos
36 presentes a situação em que se encontram os lotes das obras, mostrou também os
37 novos marcos para o PISF, com destaque para a conclusão do processo de renovação
38 da outorga perante a Agência Nacional de Águas (ANA) até setembro de dois mil e
39 onze e por fim delineou as informações de execução orçamentária realizadas neste ano
40 destacando os seiscentos milhões de reais que foram destinadas a vertente ambiental
41 em decorrência das condicionantes impostas ao Projeto. Em seguida fez uso da palavra
42 o Assessor Especial do Ministro da Integração, Dr. **José Machado**, que frisou a
43 importância da gestão das águas se dar de maneira articulada com os estados
44 receptores que precisam ter suas estruturas físicas reforçadas e ratificou a necessidade
45 do comprometimento de todos no aspecto da gestão do PISF. Por fim, o assessor
46 lembrou alguns artigos do Decreto 5.995 de 19 de dezembro de 2006 e disse que a
47 criação da Secretaria Executiva do Conselho representa um grande avanço para
48 adiantar as providências a serem tomadas que visam facilitar a elaboração do Modelo
49 de Gestão e posteriormente aprovação do Plano de Gestão Anual. O próximo ponto da

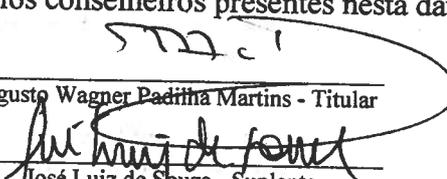
Rls

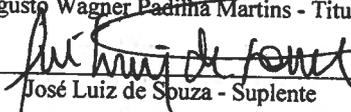


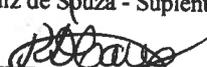
50 pauta foi apresentado pelo Conselheiro **José Luiz de Souza**, Coordenador substituto
51 do Conselho, que chamou atenção para as conformidades legais do Projeto, ou seja, a
52 vigência e validade dos licenciamentos hídrico (outorga) e ambiental (Licença de
53 Instalação), pois sem estes não existe o Projeto. O conselheiro ainda apresentou um
54 panorama das atividades desenvolvidas pelo Conselho Gestor do PISF, o papel do
55 Ministério da Integração Nacional no Projeto, as atribuições da Secretaria Executiva
56 do Conselho Gestor e a programação das ações a serem realizadas neste ano para
57 vencer o grande desafio que se impõe que é a Gestão. Em seguida o Ministro
58 **Fernando Bezerra Coelho** pediu a palavra e esclareceu que a política de divulgação
59 da informação por parte das autoridades tem que estar em consonância com o novo
60 eixo de governo que é a erradicação da pobreza extrema. Este Projeto já oferece e tem
61 muito mais a oferecer ao Brasil do ponto de vista social, portanto é fundamental
62 divulgar seus benefícios à população, pois as obras do governo para os Semiárido são
63 complementares. Após, o Ministro se referiu a um pleito do estado do Ceará, que é a
64 construção do Cinturão das Águas do Ceará (CAC). De forma preliminar este
65 Ministério se mostra favorável, porém é necessária uma discussão mais profunda a
66 respeito do tema, sendo este, então, um ponto da pauta a ser discutido na próxima
67 reunião deste Conselho. Seguindo, o Coordenador da reunião passou a palavra ao
68 conselheiro **João Azevedo Lins Filho**, que detalhou as importantes obras que estão
69 sendo realizadas no estado da Paraíba nas cidades que tem influência com o Projeto
70 São Francisco, apesar das dificuldades que há para realização de licitações.
71 Prosseguindo, foi a vez do senhor **Jáder Torres**, representando o estado do Rio
72 Grande do Norte. Jáder Torres detalhou as obras que estão sendo executadas, como a
73 implementação da gestão de resíduos sólidos e esgotamento sanitário em localidades
74 de abrangência do Projeto. Jader Torres perguntou sobre o andamento do lote quatro
75 do Projeto e o Coordenador respondeu que este trecho está contemplado por verbas
76 provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC II). Continuando, o
77 conselheiro **César Augusto Pinheiro** frisou as melhorias que o estado do Ceará vem
78 desenvolvendo no sentido de estruturar-se internamente para o recebimento das águas
79 do São Francisco. César também mencionou o CAC, que será fundamental para o
80 suprimento de água para toda a população do seu estado. O conselheiro **Francisco**
81 **Teixeira** se referiu ao PISF como o maior garantidor de água para a rede urbana no
82 Ceará, sendo também o CAC fundamental para garantir o abastecimento da região
83 metropolitana do Cariri. Com relação à gestão (Operadora Federal) Teixeira sugeriu ao
84 Conselho estudar a possibilidade de dividir os custos (instituir um consórcio) de uma
85 possível nova agência entre a União e os Estados receptores. A seguir foi concedida a
86 palavra ao Diretor-Presidente da ANA, **Vicente Andreu Guillo** que destacou que não
87 cabe à ANA avaliar as decisões tomadas pelo Conselho e sim viabilizar a decisão seja
88 ela qual for. Há uma preocupação com relação aos aspectos políticos de um possível
89 não cumprimento do calendário inicialmente previsto, por isso há urgência tanto em
90 relação à estruturação dos órgãos estaduais gestores das águas, quanto à definição da
91 Operadora Federal. Outra questão diz respeito à renovação da outorga. O senhor
92 **Francisco Viana** reforçou as palavras do senhor Vicente Andreu e lembrou que é
93 necessário que o Ministério da Integração elabore um pedido justificado à ANA com
94 pelo menos noventa dias de antecedência ao prazo final da outorga, que vence em
95 setembro. Ficou definido que este pedido de renovação será elaborado e protocolado
96 até o dia vinte e seis de junho deste ano. Prosseguindo, o representante do Ministério
97 do Meio Ambiente e Conselheiro **Júlio Thadeu Silva Kettelhut** ressaltou que
98 independente da escolha para a Operadora Federal, esta decisão deve ser tomada
99 rapidamente. Júlio Thadeu sugeriu a confecção de um cronograma total do
100 empreendimento, incluindo as obras complementares dos estados, para tentar adequar
101 todo o processo e tomada de decisões. Após, o Conselheiro **Renato Dalla Lana**, do
102 Ministério de Minas e Energia, demonstrou sua preocupação com o Plano de Gestão



103 Anual que deverá ser compatibilizado com o regime hidrológico do rio São Francisco
104 e também com a operação do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) visando
105 minimizar os custos com energia elétrica. Outro aspecto a ser considerado é o reforço
106 da rede básica, que demanda um tempo considerável e deverá ser contemplado dentro
107 do cronograma. O Coordenador da reunião solicitou uma reunião dos representantes do
108 Ministério de Minas e Energia com o Ministério da Integração para definir o
109 cronograma para rede elétrica. Em seguida o conselheiro **José Cruz Filho** da Casa
110 Civil lembrou a importância de se dar atenção ao estoque de conhecimento
111 acumulado com as discussões pretéritas, como a atualização do estudo realizado pela
112 Fundação Getúlio Vargas e à minuta do Projeto de Lei para a criação da Operadora
113 que foi elaborado conjuntamente por várias instituições. É necessário primar pela
114 eficiência desta Operadora Federal independente da forma com que ela seja concebida,
115 para tanto, é preciso elaborar um mapa de vantagens e desvantagens, bem como os
116 riscos de cada uma das alternativas. Prosseguindo, foi concedida a palavra ao senhor
117 **Marcelo Pereira Borges**, Diretor do Departamento de Projetos Estratégicos do MI
118 que lembrou que o CAC como um todo não faz parte do Projeto São Francisco, são
119 obras distintas e independentes. **Jader Torres** solicitou uma reunião do Ministro da
120 Integração Nacional com o governo do Rio Grande do Norte para discutirem questões
121 relacionadas ao Projeto. O Secretário de Infraestrutura Hídrica (SIH) do MI orientou
122 que os representantes do estado agendassem a data. O mesmo interesse o Secretário
123 manifestou com relação ao estado da Paraíba, de preferência no dia seguinte à reunião
124 com o Rio Grande do Norte. **Encaminhamentos:** Apresentação do CAC pelo estado
125 do Ceará. A SIH deverá providenciar o pedido de prorrogação da outorga e dar entrada
126 na ANA até vinte e seis de junho de dois mil e onze. Iniciar entendimento com os
127 estados para inserção dos cronogramas das obras de distribuição da água bruta nos
128 estados com a construção de conclusão dos eixos. Elaboração e apresentação de matriz
129 com as opções de solução para a Operadora Federal. O Coordenador destacou que a
130 prioridade do Conselho neste momento é a definição da Operadora Federal do PISF e
131 sugeriu que a próxima reunião do Conselho Gestor seja na data provável de nove de
132 junho de dois mil e onze. Depois de esclarecidas as dúvidas e ouvidas sugestões dos
133 conselheiros, atendidos e cumpridos os pontos de pauta e não havendo mais
134 manifestações, o coordenador agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.
135 Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que aprovada, será assinada
136 pelos conselheiros presentes nesta data de nove de junho de 2011.


Augusto Wagner Padilha Martins - Titular

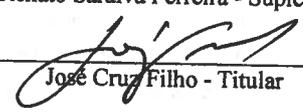

José Luiz de Souza - Suplente


Renato Dalla Lana - Titular

Guilherme Silva de Godói - Suplente


Julio Thadeu Silva Kettelhut - Titular

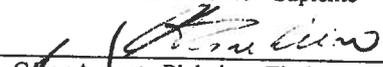
Renato Saraiva Ferreira - Suplente


José Cruz Filho - Titular

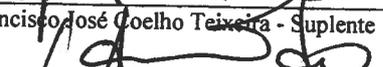
Erico Leonardo Ribas Feltrin - Suplente

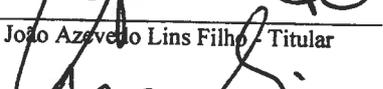
Robinson Mesquita de Faria - Titular

Marcelo Saldanha Toscano - Suplente


Cesar Augusto Pinheiro - Titular


Francisco José Coelho Teixeira - Suplente


João Azevedo Lins Filho - Titular


Guarany Marques Viana - Suplente

João Bosco de Almeida - Titular

José Almir Cirilo - Suplente